

**DEPUTADO PEDRO GOMES
COMBATER A DESERTIFICAÇÃO,
PROMOVER O DESENVOLVIMENTO
HORTA, 25 DE JANEIRO 2007**

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Senhores Membros do Governo

Nas suas últimas jornadas parlamentares, realizadas nos concelhos da Povoação e Vila Franca do Campo, a 10 e 11 de Janeiro, o PSD trouxe para o centro do debate político o problema da desertificação, não como sinónimo exclusivo de perda de população, mas como uma ausência de oportunidades de desenvolvimento em meio rural.

Nestes dois concelhos, tal como sucede em tantos outros das nossas ilhas, o PSD identificou sinais de estrangulamento da coesão social.

Como assinalou já o Professor Augusto Mateus no seu estudo sobre a Competitividade Territorial e a Coesão Económica e Social "no capítulo da coesão social, a posição debilitada da Região no contexto nacional, traduz-se pela existência dum padrão de qualidade de vida e de qualificação do seu capital humano inferior à média nacional".

O PS, a caminho de onze longos anos de governação, persiste em cometer o erro de ignorar os sinais que estão à vista de todos: acentuam-se as desigualdades entre concelhos e freguesias quando o seu Governo esbanjou milhões de euros de fundos comunitários e de recursos da Região.

As oportunidades de desenvolvimento perderam-se, escondidas nos anúncios de milhões que recheiam os discursos oficiais.

Os Açores têm 18.000 beneficiários do rendimento social de inserção, sendo a região do país com maior taxa de beneficiários.

Os jovens abandonam as freguesias e os concelhos mais periféricos da Região, para se fixarem nos maiores centros populacionais.

Os Açores não conseguem fixar ou atrair residentes.

A economia não gera novos empregos, penalizando os mais jovens, os que detêm formação superior.

As ilhas mais pequenas perdem população e os concelhos mais afastados envelhecem.

Os índices de envelhecimento acentuam-se e nos meios rurais o número de idosos isolados aumenta.

A esperança média de vida é inferior em quatro anos à média nacional.

Deste modo, os Açores desertificam-se.

Como de costume, os dirigentes de serviço do PS, afadigaram-se a desmerecer as preocupações do PSD. Como de costume, a crítica é a habitual, vinda dum partido no poder, que se preocupa sempre mais com a oposição, do que com os resultados da sua má governação.

Quando o PSD apresenta uma proposta, logo exclamam que o PSD não estudou o assunto.

Quando o PSD formula uma crítica, imediatamente invocam um qualquer facto da governação social democrata, com mais de vinte anos, esquecendo que o seu próprio passado já está em julgamento.

Quando o PSD fiscaliza o Governo, no parlamento ou fora dele, como lhe compete como oposição, o PS incomoda-se, porque convive mal com o controle democrático da sua actuação.

O PS, apesar de proclamar as virtudes da colaboração com outros poderes, também legitimados pelo voto democrático do povo, persiste em praticar políticas de discriminação, usando os dinheiros públicos ao sabor das conveniências e dos interesses partidários.

Se a cooperação com as Câmaras Municipais fosse uma opção para este Governo e não passasse, apenas, duma piedosa declaração política, muitos dos nossos concelhos já teriam dado um salto no seu desenvolvimento.

Infelizmente, o Governo socialista faz da competição com as Câmaras, a marca da sua governação.

Podendo escolher ser parceiro do poder autárquico, o Governo Regional prefere tratar as autarquias como adversários.

Apenas um Governo cego pela sua própria ambição política, pode deixar o concelho da Povoação isolado, num momento em que lança um vasto programa de construção de estradas em regime SCUT.

Apenas um Governo que não quer apostar no desenvolvimento, pode ignorar a evidente necessidade da construção duma via de quatro faixas, ligando a Lagoa a Vila Franca do Campo.

Estes são dois casos exemplares em que o Governo Regional teima em não ouvir o poder local, persistindo num erro que as futuras gerações pagarão caro.

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Senhores Membros do Governo

Em Novembro do ano passado, no encerramento do debate sobre o plano e orçamento para 2007, o Presidente do Governo Regional afirmou que “se intensificava uma nova geração de políticas públicas para a empregabilidade e para a produtividade”.

Há dois dias, nesta Câmara, o Vice-Presidente do Governo sublinhou o sucesso negocial do QRESA e deslumbrou a bancada do PS com as “apostas”, as “prioridades”, o “desenvolvimento sustentado”, a “qualificação

dos recursos humanos” e a “estratégia” do Governo para os próximos seis anos.

Os recursos financeiros colocados à disposição da Região pelo QRESA são significativos: 1.538 milhões de euros.

Não sabemos se, após o QRESA, haverá outro financiamento da União Europeia, de igual dimensão, a partir de 2013.

O que sabemos é que este contributo comunitário para o desenvolvimento duma das regiões mais pobres do país deveria ser aplicado com rigor e sentido estratégico.

Dos documentos conhecidos do QRESA, as opções sucedem-se, ao sabor dos milhões disponíveis, sem que descortine uma aposta de desenvolvimento seguro.

Após um resultado modesto, depois de gastar mais de mil milhões de euros do último Quadro Comunitário de Apoio, o Governo demonstra não saber o que fazer perante uma oportunidade, se calhar irrepetível.

O Governo do PS desistiu de governar para se transformar num simples gestor de interesses.